

A NOÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GT TRABALHO E EDUCAÇÃO / ANPEd

The labour qualification concept in education research: an analysis of academic production of GT Labour and Education / ANPEd

ALVES, Wanderson Ferreira¹

SOARES JÚNIOR, Néri Emílio²

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar a apropriação da noção de qualificação do trabalho nos estudos e pesquisas apresentados no GT Trabalho e Educação nas Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd no intervalo de 10 anos (2004-2013). No decorrer desse período foram apresentados 145 trabalhos, mas tão somente 15 podem ser descritos como trabalhos que abordam a qualificação. No conjunto desses autores, poucos são os que articulam quadros conceituais e analíticos que evidenciam a apreensão da problemática da qualificação. Ademais, os trabalhos apresentam limitações teóricas e metodológicas importantes. O texto finaliza apontando que a área da educação muito ganharia com a melhor compreensão do que a sociologia do trabalho desenvolveu sobre esse tema e categoria de análise.

Palavras-chave: Qualificação do trabalho; Trabalho docente; Trabalho e educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the appropriation of labor qualification concept in studies and research presented in GT Labour and Education in ANPEd on the National Scientific Meeting the 10-year interval (2004-2013). During this period were presented 145 papers, but only 15 can be described as papers that address the qualification. Overall these authors, there are few that articulate conceptual and analytical frameworks that show the apprehension of the qualification problem. More over, the works have important theoretical and methodological limitations. The text concludes by stating that the area of education much to gain from a better understanding of the work of sociology developed on this topic and category analysis.

Keywords: Labour qualification; Teaching; Labour and education.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado pela *Université d'Aix-Marseille*, Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), com Especialização e Licenciatura em Educação Física, ambos pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: <wandersonfalves@yahoo.com.br>.

² Doutorando e Mestre em Educação pela UnB, com Especialização e Licenciatura em Educação Física, ambos pela UEG. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)/Campus Aparecida de Goiânia. E-mail: <neriesjr@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em trabalho relacionando-o aos processos formativos, a qualificação é uma expressão bastante recorrente. Trata-se de uma expressão muitas vezes alçada ao senso comum – frequentemente tratado como sinonímia de outra, a formação – e que possui importante presença no vocabulário das políticas públicas, dos gestores, dos sindicatos e dos pesquisadores no Brasil. Enquanto objeto de estudo, a qualificação tem sua origem no âmbito da sociologia do trabalho e, no Brasil, ganhou destaque nos anos de 1980-1990, devido às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, como a reestruturação produtiva, as mudanças no processo de trabalho em determinados ramos da produção, a emergência da noção de competências e as novas exigências demandadas aos trabalhadores. Nesse contexto, como diversos autores bem destacaram, o campo acadêmico, os sistemas públicos e privados de formação profissional e, por fim, o domínio público voltaram suas atenções para o tema.³

Na área da educação, a qualificação também obteve importante espaço nesse contexto. Basta mencionar que o debate sobre a pertinência ou a impertinência da noção de competências mobilizou vários estudiosos da área e que tal debate – quer seus protagonistas tenham ou não consciência disso – remete a uma questão de fundo cujo suporte está, justamente, nos fundamentos da qualificação como objeto de estudo, pois se refere à sua história como campo de estudos e às tentativas de negação/substituição do conceito (RAMOS, 2002; TARTUCE, 2002).

Pela sua abrangência e pelo caráter de interface de suas temáticas, a área da Educação firma de maneira explícita ou velada a presença das questões concernentes à qualificação. De uma forma ou de outra, a área não pode se esquivar de encontrar a problemática da qualificação ao discutir assuntos como: Educação Profissional, Educação e Trabalho, Formação de Professores, Formação Profissional Continuada, Trabalho Docente, entre outros. Todavia, se podemos falar em presença da qualificação na área da Educação, falta-nos indagar sobre a natureza e os sentidos dessa presença. Será, por exemplo, que as produções acadêmicas na área da educação têm utilizado toda a potencialidade que tal conceito pode oferecer? Vejamos o que diz o estudo realizado por Ferretti (2004).

Investigando a apropriação das noções da qualificação nos estudos sobre as relações entre trabalho e educação, Ferretti (2004) identificou que grande parte das pesquisas no Brasil nos anos de 1990 utilizaram a concepção de qualificação profissional denominada *essencialista/substancialista* em detrimento de outra concepção conhecida como *relacional* ou *relativista*, esta raramente utilizada. No texto, Ferretti destaca o pouco domínio que os pesquisadores tinham da qualificação como objeto de estudo e campo teórico e a chama atenção para o fato de que a concepção de qualificação, que foi hegemônica em estudos e análises em nosso país, no período pesquisado, não apresenta a mesma refinação que a concepção relativista.

Passados mais de dez anos da mencionada pesquisa realizada por Ferretti, questionamos se o quadro apresentado pelo autor pode ter sofrido alguma alteração e quais suas implicações para os estudos sobre educação, trabalho e formação. Com

³ Cf. Tartuce (2002, 2004); Ferretti (2004); Alves (2010).

esse interesse, buscamos conhecer o que apresentam as produções acadêmicas da mais importante associação científica da área da educação, a ANPEd. Isto porque, como se sabe, nos anais das reuniões da ANPEd, podem ser encontrados trabalhos resultantes dos estudos de pesquisadores da área e importante parte das mais destacadas Teses e Dissertações elaboradas no interstício de cada uma das reuniões da associação. Eles se consubstanciam, assim, em um importante referente para a apreciação do que se fez e do que se faz na pesquisa em educação no Brasil.

O presente estudo, de natureza teórica, tem o objetivo de analisar a apropriação das noções de qualificação nos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) Trabalho e Educação das Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd no intervalo de 10 anos (2004-2013). O tema da qualificação do trabalho, dada sua abrangência e interfaces, pode ser identificado de maneira dispersa em outros GTs da ANPEd. Todavia, optamos por centrar a análise no GT Trabalho e Educação, numa opção de recorte em que consideramos o mencionado GT como o que mais diretamente se aproxima da temática.

O estudo foi desenvolvido em dois momentos. Inicialmente, foi realizado o mapeamento da produção do GT Trabalho e Educação e a seleção dos artigos que abordaram diretamente o tema qualificação profissional ou questões afetas a ela, como as concernentes à noção de desqualificação, requalificação, autonomia nos processos laborais e formação e trabalho. Em seguida, foi realizada a análise da produção selecionada. O mapeamento foi realizado com base na busca em títulos e resumos dos artigos a partir das palavras-chave: capacitação, competências, formação, qualificação, qualificação profissional, trabalho e trabalho docente. O processo de análise foi realizado a partir do levantamento de categorias como: tema, objetivo, problema, concepção de qualificação profissional e resultados.

Na apresentação que se segue então, explicitamos a gênese e o debate sobre o tema da qualificação na sociologia do trabalho; num segundo momento, apresentamos um quadro analítico-descritivo com os resultados da produção acadêmica do GT Trabalho e Educação; e, por fim, na última seção do texto, apresentamos as conclusões e indicações para o desdobramento das pesquisas sobre o tema.

A QUALIFICAÇÃO NO ÂMBITO DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO

A sociologia do trabalho elaborou, desde a sua institucionalização nos anos de 1940, estudos teóricos e empíricos de grande envergadura, cujos trabalhos pioneiros remetem aos estudos que foram desenvolvidos por Georges Friedmann, inicialmente, nos anos de 1940, e por Pierre Naville, a partir dos anos de 1950. Escrevendo, primeiro em um contexto de chegada do taylorismo às fábricas e, posteriormente, no contexto da ampliação dos processos de automação, os autores produziram estudos e pesquisas que marcaram profundamente a sociologia do trabalho e fomentaram todo um debate sobre o tema da qualificação que, ainda hoje, permanece atual e pertinente.⁴ Em torno das elaborações de Friedmann e

⁴ Neste texto privilegiaremos a gênese da sociologia do trabalho, focalizando sua matriz francesa, seja pela envergadura de suas proposições originárias, seja porque no período em tela a “sociologia do trabalho” anglo-saxônica era, tendencialmente, uma sociologia das relações industriais. Todavia, quando se fizer necessário ao longo do texto, dialogaremos com a sociologia de base anglo-saxônica, pois esta compõe o quadro geral das questões por nós apresentadas. Para uma análise da gênese da sociologia do trabalho, ver Stroobants (2007).

Naville, duas grandes tendências se firmaram nos estudos e nas pesquisas sobre a qualificação, compreendendo as formas de se concebê-la, perspectivas teóricas e delineamentos metodológicos diferentes. Distinguir tais tendências é importante porque a compreensão que se tem sobre um objeto interfere na forma com que ele será interpretado, como igualmente interfere nos diferentes investimentos que sobre ele podemos fazer. Se é assim, em que consistiriam tais tendências e que concepções de qualificação revelam?

A primeira tendência, a concepção substancialista, situa-se junto às pesquisas e à abordagem inicialmente desenvolvida por Friedmann. Na concepção substancialista a qualificação é abordada como algo (atributo, elemento, característica) presente essencialmente no processo de trabalho de um determinado meio laboral: uma empresa, um setor, uma categoria profissional. A rigor, o processo de trabalho dispõe a qualificação. Nele a qualificação pode ser adquirida ou perdida.⁵

Georges Friedmann (1902-1977) é considerado o pai da sociologia do trabalho na França. Ele desenvolveu importante parte de suas investigações no contexto da organização do trabalho taylorista/fordista e iniciou seus estudos sobre o trabalho utilizando-se de um enfoque pluridisciplinar com base em disciplinas como a psicologia, a fisiologia, a sociologia e a economia (TARTUCE, 2002; VATIN, 2004). Tais aspectos, somados ao forte viés humanista e marxista presente em seus estudos, fizeram de Friedmann não somente um grande conhecedor do *trabalho humano* – para usar uma de suas expressões – mas também um severo crítico dos efeitos do desenvolvimento técnico sobre a vida dos trabalhadores, como pode ser visto em um de seus estudos mais emblemáticos, *Problèmes humaines du machinisme industriel*, obra publicada em 1946.

Em seus estudos, Friedmann teve a análise da técnica e da divisão do trabalho como centrais e, embora a qualificação não tenha sido tratada como categoria central em sua obra, desenvolveu reflexões acerca desse conceito durante as análises dos efeitos do progresso técnico sobre o trabalho humano no processo da mecanização e da automação. Escrevendo inicialmente no contexto em que o taylorismo aportava seus efeitos sobre o modo de organização do trabalho nas fábricas e sobre a vida dos operários na França, seus estudos o conduzem a identificar que o processo de mecanização e a forma de organização do trabalho taylorista trouxeram importantes efeitos, cujo resultado foi o empobrecimento das tarefas e, conseqüentemente, a degradação da qualificação. Em suas palavras:

Não fiquemos surpresos, pois, com o fato de que a observação cotidiana, ao nível das oficinas, nos ofereça numerosos exemplos de fragmentação das tarefas e de degradação da aprendizagem, nos mais diversos ramos da produção. Há nisso uma verdadeira política, buscada com todo conhecimento de causa (senão de efeitos), por certos *managers*. Um deles, numa grande fábrica inglesa de automóveis (1948), nos diz: “Procuramos reduzir a qualificação ao mínimo” (*We Try reduce skill to its minimum*) (FRIEDMANN, 1972, p.30-31).

Friedmann se esforçou em compreender o processo de “apropriação do saber do trabalhador pela máquina e/ou organização capitalista” (ALVES, 2010, p.104) e, de

⁵ Entre os autores que na sociologia partilham ou se aproximam da concepção substancialista estão, entre outros, M. Freyssenet, H. Braverman, A. Touraine e o coletivo formado pelo Brighton *Labour Process Group*.

maneira análoga, procedeu ao analisar o processo de automação das fábricas. Mas, ao assim proceder, identificou mudanças no conteúdo do trabalho e considerou o surgimento de novas funções qualificadas que, diferentemente do que apontara quando da introdução da mecanização, lhe permitiram concluir que poderia haver mudanças no processo de trabalho que incorreriam em sua requalificação. Assim, com a ideia apresentada sobre a mecanização e a automação e seus desdobramentos para o trabalho, Friedmann foi o pioneiro na formulação de uma tese que lograria importante lugar na sociologia do trabalho, a *tese da polarização das qualificações*:

Dessa maneira, GF afirma que a mecanização e a automação conduzem “a uma dupla evolução simultânea e contraditória” [...], expressa nos movimentos de “desespiritualização e “re-espiritualização” do trabalho, o que o fará formular uma tese que percorrerá todas as suas obras – e também a literatura francesa -, a saber, a tese da “polarização das qualificações” [...]: de um lado, possibilidade de novas funções que requerem qualificação; de outro, persistência de tarefas decompostas, parcelares e repetitivas (TARTUCE, 2002, p.96, grifos do autor).

Na concepção substancialista da qualificação, a relação entre o saber e o trabalhado tem proeminência. Nessa direção, Friedmann concentrou sua atenção sobre os saberes exigidos por um determinado tipo de exercício laboral: a qualificação foi identificada como posse de um *saber*, de uma *capacidade*, de um *atributo* relacionado ao posto e/ou ao indivíduo.

Por sua vez, a segunda tendência nos estudos sobre a qualificação situa-se junto à abordagem e às pesquisas desenvolvidas por Naville. Ela é conhecida como sendo uma concepção *relativista* ou *relacional* da qualificação. Embora não negue e nem mesmo secundarize a importância da análise dos elementos presentes no processo de trabalho – aspecto fulcral na concepção substancialista –, a perspectiva elaborada por Naville toma a qualificação como uma relação social, portanto algo que está e ultrapassa o contexto particular.⁶ Mas vejamos a seguir, com mais detalhes, os termos dessa questão.

Pierre Naville (1904-1993), em seu percurso como pesquisador, desenvolveu uma perspectiva teórico-metodológica diferenciada e que ao longo do tempo influenciou sua compreensão sobre a qualificação. Partindo do referencial marxista, em seus estudos procurou articular análise científica com a reflexão filosófica e política e, do ponto de vista metodológico, uma perspectiva histórica e comparativa, fato que faz com que muitos considerem sua abordagem da qualificação mais complexa e abrangente que a elaborada por Friedmann.

Em Naville, como relação social e produção histórica, a qualificação é um fenômeno que se põe no fio do tempo e, assim, cada época histórica oferece suas respostas ao problema da qualificação, pois toda atividade humana pode ser mais ou menos qualificada. Todavia, sob o capitalismo essas qualidades são objeto de apreciação quanto a seu valor econômico. Mas não é somente isso, o capitalismo marca uma maneira diferente de organizar o trabalho e a formação: se até a época de Adam Smith, diz Naville (1956), a qualificação do trabalho não remetia ao juízo eminentemente econômico, sendo estreitamente ligado à pessoa, o mesmo não acontece à medida que o sistema capitalista se consolida. Isto porque – detalhe importante – o capitalismo separa não somente o trabalhador do produto de seu

⁶ Entre os autores que na sociologia partilham da concepção relativista estão, entre outros, M. Stroobants, M. Alaluf e P. Rolle.

trabalho, mas separa igualmente a preparação para o trabalho do lugar de seu efetivo exercício. Portanto, diferentemente dos antigos processos de identificação entre aprendizado e trabalho, o capitalismo promove a separação entre o formar e o trabalhar, não se é mais educado *no* e *pelo* trabalho, mas, antes de mais nada, estabelece-se um corte que separa o aprender e o exercer uma atividade profissional específica. Como diz Stroobants (2007), se antes o trabalhador do ofício se tornava ferreiro forjando, hoje as competências formadas na escola serão objeto de avaliação no mercado de trabalho.⁷

Ora, tal raciocínio do autor conduz à seguinte sentença: diante da cisão entre formação e trabalho, não faz sentido identificar a qualificação diretamente com o conteúdo, as características e especificações do próprio trabalho: passamos a ter, de um lado, qualidades apresentadas pelo trabalhador e, de outro, qualidades requeridas pelo posto de trabalho. Se não há identidade entre formação e trabalho, o caminho mais fértil é o de relacionar a esfera que comporta a formação e a esfera que comporta o trabalho, observando os conflitos entre ambas (TARTUCE, 2002).

Dizendo em outros termos, com o salariedade, quando se põe em exame a questão da qualificação, não se trata mais de tomar o trabalho em si para a análise, mas de fazê-lo relacionando a formação e a atividade profissional. Nas palavras de Naville,

A qualificação jamais pode ser apreendida a partir dela mesma. Ela se apresenta sempre como uma relação, e uma relação composta por elementos múltiplos. Fundamentalmente, é uma relação entre certas operações técnicas e a estimativa de seu valor social (NAVILLE, 1956, p.129).

Tais elementos múltiplos compreendem variâncias históricas, geográficas, do setor econômico, de gênero, pressões do mercado, etc. Em tudo isso, convém ainda uma vez recorrer a Naville, a sociedade hierarquizada e classifica as diferentes formas laborais a partir de um julgamento que é mais político e moral do que técnico (NAVILLE, 1956). Em Naville, a qualificação envolve uma questão concernente à formação, uma questão concernente ao saber, mas também é uma questão de poder.

Nesse ponto de nossa reflexão, estamos em condição de assinalar duas nuances da abordagem da qualificação desenvolvida por Naville que merecem nota. A primeira concerne à compreensão do que seria um trabalho qualificado. A esse respeito, Naville se vale da análise histórica e sociológica para indagar a divisão social e técnica do trabalho, terminando por distanciar-se de uma visão romântica que, como ideal do “trabalho qualificado”, assinala um passado remoto no qual o trabalhador e o trabalho estariam unidos e no qual a ferramenta seria uma extensão dos braços do trabalhador, uma sorte de lamento sobre um suposto domínio perdido. Para Naville, essa visão a-histórica do trabalhador é proudhoniana – pois para ele tal concepção não tem nada a ver com Marx – e era um dos erros de Friedmann (NAVILLE, 1962). O segundo aspecto a ser destacado diz respeito ao lugar da técnica e do desenvolvimento técnico nos estudos do trabalho. Sobre esse aspecto, novamente, Naville contradiz uma visão comum sobre o assunto: para ele o desenvolvimento técnico – como no caso da expansão dos processos

⁷ Naville destaca o fato de que, com o salariedade, certos ofícios que não encontram valor econômico desaparecem e que as qualificações de alguém diplomado cessam de ser socialmente qualificações, se não encontram colocação no mercado quando a justificação econômica daquele ofício se extinguiu. A esse respeito, ver Naville (1956, p.130-131).

de automação – não religará o trabalhador ao trabalho ou promoverá a volta de um domínio perdido, pois, de um lado, o que há são exigências de outras qualificações e, por outro, têm-se um crescente distanciamento entre as atividades humanas e aquelas realizadas pelos sistemas técnicos: dissociação crescente entre o que as máquinas fazem e aquilo que os homens fazem. Sob o capitalismo, tudo isso se movimenta por contradições de várias ordens, mas justamente por essa decalagem, anteriormente mencionada, observa Naville, é que teríamos a possibilidade de uma sociedade efetivamente socialista, uma sociedade em que os homens pudessem realizar outras coisas que não a integral dedicação à produção.

Como se depreende, se Friedmann e Naville partem de Marx, chegam todavia a perspectivas distintas sobre o trabalho, o trabalhador, a divisão social do trabalho, a tecnologia, entre outros aspectos. Embora nesta breve síntese não seja possível tratar de todos esses aspectos, acreditamos ter oferecido ao leitor algumas das balizas fundamentais que integram o pensamento dos autores e das concepções de qualificação que ambos ajudaram a constituir. Dito isso, passemos à apresentação do tema da qualificação nos estudos e nas pesquisas apresentadas nas reuniões da ANPEd. O que revelam esses estudos em termos de concepção, abordagens, ênfases e proposições sobre o tema da qualificação do trabalho?

O QUE REVELAM AS PESQUISAS?

No intervalo de 10 anos, tivemos um total de 145 publicações de trabalhos no GT Trabalho e Educação. Deste total, 15 abordaram o tema qualificação, ou seja, aproximadamente 10,2% da produção do GT. Vejamos o quadro a seguir:

QUADRO 1
Número de trabalhos publicados no GT Trabalho e Educação e que abordaram o tema qualificação profissional

Reuniões		Nº de Trabalhos	Trabalhos com tema qualificação
Ano	Edição		
2004	27 ^a	19	02
2005	28 ^a	19	04
2006	29 ^a	15	02
2007	30 ^a	17	00
2008	31 ^a	13	01
2009	32 ^a	12	00
2010	33 ^a	11	02
2011	34 ^a	17	01
2012	35 ^a	13	01
2013	36 ^a	10	02
Total		146	15

O conjunto desses 15 trabalhos compreende três estudos nos quais os autores realizaram trabalho de campo e 12 estudos de natureza teórica (ensaios, revisão de literatura, etc.).

Como se pode depreender, em larga medida os trabalhos apresentados no GT correspondem a elaborações teóricas, sendo que somente um pequeno número de estudos foram desenvolvidos *sur le terrain* (no campo). Tal constatação, não exatamente auspiciosa, parece assinalar uma tendência observada por Ferretti (2004), a de que parte importante da literatura sobre a qualificação no Brasil oscila entre estudos de natureza técnica e estudos de caráter ensaístico.

No geral, os trabalhos que focalizaram a qualificação o fizeram a partir de diferentes temáticas, percorrendo todo um conjunto abrangente de questões, tais como: (a) políticas públicas de qualificação dos trabalhadores (SANTOS, 2004; MARKERT, 2005; BARBOSA; DELUIZ, 2008; ANDRADE, 2010; MONTEIRO, 2012); (b) mundo do trabalho e qualificação (FARTES, 2004; MIRANDA, 2005; OLIVEIRA, 2011); (c) sindicalismo e políticas de qualificação profissional (TRÓPIA, 2006); (d) qualificação, salário e condição socioeconômica (OLIVEIRA, 2013); (e) qualificação e competência (CUNHA, 2005; ZORZAL, 2005); e (f) proletarização do trabalho docente (FERREIRA, 2006). Vejamos a seguir o que integra esses grandes conjuntos temáticos.

Os trabalhos que tiveram como foco de estudo as políticas públicas de qualificação do trabalhador realizam análises críticas de programas de qualificação profissional empreendidos pela esfera do governo federal, tais como o Plano Nacional de Qualificação (SANTOS, 2004), o Projeto Escola da Fábrica (MARKERT, 2005), o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) (BARBOSA; DELUIZ, 2008) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, qualificação e ação comunitária (PROJOVEM Integrado) (ANDRADE, 2010). São estudos que questionam as finalidades, as orientações, os projetos, as intencionalidades formativas dos programas de formação profissional e realizam críticas que transitam desde a denúncia de políticas que seguem a lógica da relação capital e trabalho até da ação de uma disseminação de uma cultura empreendedora.

De modo semelhante ao estudo de Ferretti (2004), que identificou uma preocupação dos educadores com as políticas e reformas educacionais no âmbito do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o jogo político que se instituiu, aqui também identificou-se a preocupação de pesquisadores com análises dos rumos das políticas desenvolvidas, também, no Governo Lula, com reflexões ensaísticas e com pesquisas empíricas. Todavia, um dado interessante é que os trabalhos em geral não se preocupam em definir o que compreendem por qualificação, não apresentam assim um conceito de qualificação profissional. Apenas no texto de Barbosa e Deluiz (2008), cujo objetivo era identificar as finalidades das ações de qualificação na concepção das organizações participantes do PNPE, foi possível inferir o conceito de qualificação a partir da discussão apresentada no texto. Vejamos:

[...] por meio das observações de algumas aulas e pelas entrevistas, constata-se que a qualificação profissional no Consórcio não se conduz no viés da matriz crítica de Marx (1978) e Gramsci (*apud* MANACORDA, 1990), mas sim na perspectiva liberal de Smith (1985), ou seja, educação mínima necessária para que não se coloque em risco a ordem econômico-social, posto que "um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante o obtuso (BARBOSA; DELUIZ, 2008, p. 10).

No estudo em tela, chamamos a atenção para o fato de que os autores têm como objeto a análise de um programa de qualificação profissional e no decorrer do texto, como pode ser constatado pelo trecho supracitado, a qualificação é aproximada à noção de formação. Por essa via e sem certas mediações, arrisca-se a produzir identidade entre processos educacionais formais e a qualificação do trabalho. Aspectos que, como buscamos explicitar no início do presente texto, devem ser relacionados sem ser confundidos.

Em outro grupo de trabalhos, aqueles que tomaram como objeto de estudo o mundo do trabalho e a qualificação, tivemos o estudo de Fartes (2004) que procurou compreender o impacto das transformações na organização do trabalho sobre as condições de qualificação dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviço terceirizadas. Nos resultados da pesquisa foi observado que os trabalhadores de empresas terceirizadas sofrem o processo de precarização do trabalho com implicações para o processo de qualificação, como a falta de investimento na educação dos empregados e salários inferiores aos trabalhadores estáveis que possuem as mesmas funções.

As categorias de análise utilizadas na pesquisa de Fartes (2004) foram: relação entre o tempo de serviço e o salário, número de empregos anteriores, nível de escolaridade, tempo de serviço, os cursos oferecidos pela empresa, relação entre a escolaridade e a função trabalho, programas de qualificação, relações contratuais e trabalhistas. A autora não apresenta o conceito de qualificação, mas pode-se inferir que suas análises repousam sobre o processo de trabalho, aproximando-se do enfoque essencialista da qualificação. Foi identificado que os trabalhadores de empresas terceirizadas sofrem um processo de precarização do trabalho com implicações para o processo de qualificação. Não foi identificado investimento na educação dos trabalhadores, já que a empresa terceirizada optou pela preferência de trabalhadores que já possuíam experiência profissional, seja obtida na escolarização formal, não formal, ou até saberes obtidos durante o exercício profissional.

Em outro estudo, Oliveira (2011) analisa as demandas pela qualificação profissional de empregadores e trabalhadores do Recife a partir da segunda metade do século XIX. Como o autor considera ser impertinente transpor para momentos históricos distantes conceitos sobre qualificação semelhantes aos tratados nos dias atuais, assume a ideia de qualificação no século XIX como

o conjunto de conhecimentos e habilidades cuja posse permitia aos trabalhadores da cidade do Recife se reconhecerem e serem reconhecidos como aptos à realização de uma atividade, independentemente do local e da forma como essa capacidade foi desenvolvida (OLIVEIRA, 2011, p.4).

Segundo Oliveira (2011), o conceito de qualificação profissional que apresenta permite extrapolar o âmbito dos processos de escolarização e articulam com aquisição de saberes e fazeres socialmente avaliados, independentemente de certificação formal emitida por alguma instituição de ensino. Como se pode observar, o conceito em questão se aproxima da noção emanada do conteúdo do trabalho em que o indivíduo era considerado qualificado quando possuía um

conjunto de habilidades que permitia o desempenho da tarefa ligado ao posto de trabalho, o que aproxima da perspectiva essencialista. Oliveira (2011, p.4) chega a considerar que, apesar de ter conhecimento de outra concepção de qualificação, entende que “[...] muito pouco ajudaria enfrentar o debate construído a partir da sociologia francesa em meados do século XX para analisar o que de fato nós encontramos na cidade do Recife, na segunda metade do século XIX”.

Em um trabalho que toma a relação entre o sindicalismo e a qualificação como objeto de estudo, Trópia (2006) analisa: (a) a adesão da Força Sindical à política de redução da influência do Estado na Educação pública e básica e a substituição do Estado pelos sindicatos na oferta da qualificação profissional, (b) o papel das lideranças sindicais na difusão da ideologia da empregabilidade e (c) a retirada dos sindicatos da função de lutar pelos direitos trabalhistas. Apesar de lidar com a noção de qualificação, a autora não apresenta um conceito e não utiliza nenhuma referência sobre o tema.

Trópia (2006) conclui que a Força Sindical vem contribuindo com a disseminação da empregabilidade que inculca no trabalhador uma ideologia de que sem (ou com baixa) qualificação não há empregos. A autora ainda critica a ideologia da empregabilidade por considerar que acontece um mascaramento da realidade, ao se supor a existência de postos de trabalhos vagos, aguardando apenas trabalhadores qualificados e por responsabilizar o trabalhador por sua formação. Percebe-se aqui que, embora a autora não tenha aprofundado, a perspectiva em tela procura relacionar a qualificação com outras categorias, tais como o sindicalismo, a ideologia e a empregabilidade. Tudo isso em um texto no qual a articulação dos termos sinaliza para uma compreensão mais ampla da qualificação profissional.

Articulando a qualificação com o salário e a condição socioeconômica, Oliveira (2013) procurou explicitar, a partir de dados do mercado de trabalho, que a melhoria salarial e/ou o fim da pobreza em virtude do aumento de qualificação/escolarização não encontra respaldo na realidade brasileira. O trabalho apresentou dados que indicam que, apesar do crescimento de nível de escolarização inserida no mercado de trabalho, categorias como sexo, raça e escolaridade apresentam diferentes pesos na definição e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho e repercussão nas condições da ocupação, considerando salário e direitos dos trabalhadores.

Um exemplo desse fato foi apresentado pelo autor ao expor dados do IBGE em que as mulheres possuem salários menores que os dos homens e uma quantidade menor de contratos de carteira assinada. O trato desigual também foi apresentado em relação aos negros, que apresentaram um rendimento salarial menor do que o grupo denominado como “não negro” na pesquisa.

É interessante que nesse trabalho não foi apresentado o conceito de qualificação profissional e nas referências bibliográficas também não consta qualquer obra sobre qualificação profissional, mas o foco apresentado no trabalho foi próximo ao texto de Naville (1973) sobre o trabalho assalariado. Para o autor, a correlação entre a qualificação e o salário não é absoluta e sim relativa. Vejamos:

O salário é primeiro considerado como valor relativo, social, em sua forma relativa; forma relativa no tempo e no espaço, sob múltiplos aspectos. [...] Assim se delinea as

seguintes diferenças (nas quais se enxertam muitas outras): [a] *diferenças entre sexos*. Em quase toda parte existe disparidade entre os salários médios dos homens e os das mulheres. [...] [b] *diferenças de acordo com a idade*. O salário do adulto só pode ser percebido a partir de 18 anos, embora os aprendizes ou jovens operários de 16 a 18 anos façam, muitas vezes, o trabalho de um adulto. [...] [c] *diferenças conforme as regiões geográficas*. Incluem-se entre as mais sensíveis, de um país a outro, e no interior do mesmo quadro nacional. [...] [d] *diferenças por raças*. São consideráveis nos antigos países de colonização. Na África negra, por exemplo, o salário médio dos africanos é um décimo do salário dos europeus transplantados. [...] [e] *diferenças entre o setor privado e o público* (NAVILLE, 1973, p.150-152, grifos do autor).

Se compararmos o foco da pesquisa de Oliveira (2013) e as categorias tratadas no texto de Naville, percebe-se que há mais de cinquenta anos a questão tratada por Oliveira estava posta e problematizada. Ora, em um texto de 1956,⁸ Naville já apontava claramente para o fato de que a sociedade hierarquiza e classifica o trabalho a partir de uma série de variâncias que estão longe de serem eminentemente técnicas (i.e. estritas ao ofício/profissão) e que colocar tudo isso sobre a régua do salário não seria de forma alguma o melhor critério para compreender a qualificação do trabalho.

A partir de uma abordagem do trabalho em uma perspectiva da ergologia, Cunha (2005) questiona os sentidos atribuídos pela literatura aos termos qualificação e competências e suas relações com os saberes produzidos no trabalho.

Aproximando-se da perspectiva do enfoque relativista, a autora considera que a noção de qualificação não poderia ser definida com base somente na dimensão social, como o próprio Naville indica. Propõe um aprofundamento do conceito, apresentando diferentes dimensões que são complementares, a saber: (a) qualificação reconhecida: resultado dos compromissos sociais assumidos entre os agentes de produção; (b) qualificação adquirida: resultado da formação nas relações sociais; (c) qualificação requerida: requisições do trabalho.

A autora entende que as competências, as qualificações e os saberes guardam fronteiras muito fluídas e que, para ser compreendidas, deve-se ir além das situações de trabalho propriamente ditas e de uma discussão restrita do novo modo de gestão capitalista da força de trabalho. Para o reconhecimento dessas dimensões humanas, é preciso ampliar o horizonte teórico com que se analisa o trabalho humano na atualidade, já que, se a formação humana se configura nesse confronto de normas antecedentes e renormalizações que caracterizam todo trabalhar, paradoxalmente ela o transcende.

Em um trabalho instigante, Zorzal (2005) procurou evidenciar a identificação do Governo de FHC com o projeto neoliberal e apontar elementos discursivos do referido presidente que renunciaram a instauração da noção de competência que viria a ser estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/96. Nesse trabalho, o autor apresenta, brevemente, os contextos históricos de produção relacionados com a mudança da noção de qualificação para a noção de competências. Aponta que a noção de competências possui relação com as ciências cognitivas e surge como marca psicológica para ordenar as práticas sociais. Indica que esse conceito reflete uma mudança radical em relação ao conceito de qualificação ao se retirar os aspectos sociais para enfatizar a esfera subjetiva e particular dos indivíduos.

⁸ NAVILLE, Pierre. **Essai sur la qualification du travail**. Paris: Marcel Rivière, 1956.

Além dos trabalhos citados, anteriormente, também tivemos outros que não abordaram diretamente a qualificação como objeto de estudo, mas se apropriaram dos enfoques como fundamento nas discussões realizadas nas pesquisas. Essa foi característica dos estudos de Miranda (2005), Ferreira (2006), Monteiro (2012), Tiradentes (2010) e Zandonane e Lima (2013).

No trabalho de Miranda (2005), que analisou o trabalho docente no contexto das transformações recentes do capitalismo, deixou transparecer no decorrer do texto que, baseado em Braverman (1980), considera que a qualificação dos professores vem se perdendo com o processo de proletarização.

O estudo de Braverman (1987), sobre os processos de trabalho dentro do setor de serviços, especialmente o trabalho nos escritórios, demonstra que a classe média sofreu um processo de proletarização na medida em que foi perdendo suas qualificações e, conseqüentemente, o domínio sobre seu processo de trabalho, colocando todos na condição de vendedores da mercadoria força de trabalho, inclusive os professores (MIRANDA, 2005, p.7).

Utilizando a fundamentação do mesmo autor americano, Zandonane e Lima (2013, p.4), ao avaliarem a aplicação da noção de competências em sistemas de gestão de pessoas, consideram que a divisão pormenorizada do trabalho “[...] ceifou a visão do todo, típica do trabalho artesanal (politécnico) e tornou o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção”, a divisão do trabalho na oficina subdivide o homem, e a divisão social do trabalho subdivide a sociedade. Para os autores, essa “alienação produtiva” pode ser entendida como processo de perda do conhecimento da informação, da consciência e do controle do trabalho. Foi observado que a aplicação da gestão baseada na noção de competências não possibilita superação do trabalho alienado, mas possibilita certa “desalienação” do processo de trabalho na medida em que acontece, em alguns setores, do trabalho complexo.

Ferreira (2006), ao analisar a problemática da proletarização docente, considera que os professores estariam vivendo um processo desqualificador na dimensão da proletarização ideológica. Para a autora, a proletarização docente possui duas dimensões: a proletarização técnica, que se refere ao controle do trabalho, e a proletarização ideológica, referente à falta de controle sobre os fins do trabalho, seus objetivos sociais. E é justamente na falta de controle sobre os fins do trabalho que os professores estariam perdendo o controle, uma vez que, segundo a dimensão técnica, os professores estariam vivendo um processo de requalificação devido às novas competências a que o professorado está sendo submetido.

Talvez possamos interpretar esse problema na ótica apresentada por Derber (*apud* JIMÉNEZ JÁEN, 1991), acerca da diferença entre proletarização técnica e ideológica, a primeira relativa à perda de controle sobre o processo de trabalho propriamente dito, a segunda referindo-se à falta de controle sobre os fins do trabalho, ou seja, seus propósitos sociais. Nessa abordagem, o processo desqualificador do professorado ocorreria mais quanto ao segundo tipo de proletarização, porque, quanto ao primeiro, o tipo de desqualificação não é idêntico ao que sofrem os demais trabalhadores, já que não afeta a totalidade de suas tarefas; na verdade, esses trabalhadores passariam por processos de requalificação para adaptar-se às novas competências exigidas a partir da racionalização de seu trabalho (FERREIRA, 2006, p.13).

Em outro trabalho, Tiradentes (2010) analisa os efeitos da reestruturação do “mercado” da Educação Superior sobre o trabalho docente e entende que o processo de mercantilização do Ensino Superior e a reestruturação dos paradigmas de produção e gestão do trabalho têm contribuído com o processo de desqualificação dos professores do Ensino Superior. A desqualificação, que o autor trata também, se refere à perda da autonomia:

Este docente, ao não abdicar de sua condição de educador, ao lutar pela dimensão ontológica de seu trabalho, ao recusar-se à mutilação em uma prática padronizada de transmissão de informações e veiculação de ideologias ingênuas (ou melhor, ideologias astuciosas, mas que, para tornarem-se operantes, necessitam de consciências ingênuas), é desqualificado como alguém refratário às novas tecnologias, desatualizado, jurássico, “autista”, “bicéfalo” (TIRADENTES, 2010, p.12).

É importante pontuar que, no caso desses quatro trabalhos, observa-se a influência do enfoque substancialista de qualificação profissional, a partir da ideia da desqualificação do trabalhador articulado com a perda do controle do trabalho devido ao “avanço” do capitalismo e das formas de gestão e produção. No entanto, os trabalhos apresentaram diferenças.

Enquanto nos artigos de Miranda (2005) e Tiradentes (2010) é mais evidente a aproximação com a tese da desqualificação de Braverman, no trabalho de Ferreira (2006), observa-se certa influência do esquema trifásico pela consideração de que, na dimensão técnica, os professores estariam gozando de um processo de requalificação.

Diferente dos trabalhos anteriores, Monteiro (2012) discute a relação entre trabalho e educação e as vinculações com a saúde, bem como a política de formação profissional dos trabalhadores de nível médio. A autora considera que a qualificação profissional dos trabalhadores para a área da saúde tem um campo de debates de diferentes concepções de trabalho, saúde e formação profissional, com objetivo de proporcionar uma formação ampla ou formar para adaptar às necessidades do capital. A questão de fundo assume a problemática da educação profissional ligada ao discurso de qualificação para empregabilidade e a noção de competência.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada nos trabalhos publicados no GT Trabalho e Educação das Reuniões Anuais da ANPEd, foi possível identificar que a qualificação, na condição de objeto de estudo e categoria de análise, não é empreendimento comum entre os autores que publicaram seus estudos e pesquisas no período em exame. Relembremos que, de 145 trabalhos apresentados, tão somente 15 podem ser descritos como trabalhos que abordam a qualificação. Poucos são os autores que articulam quadros conceituais e analíticos que evidenciam a apreensão da problemática da qualificação. Todavia, pelo caráter de interface próprio à discussão da qualificação e sua relação com o trabalho e a formação, os autores vão se aproximando – quer tenham consciência disso ou não – de todo um debate cujo acúmulo acadêmico se conta em décadas. É assim que as questões concernentes

à qualificação vão ganhando corpo no âmbito das diversas pesquisas e estudos, articulando-se a questão das políticas públicas, do mundo do trabalho e sindicalismo, a questão das competências, a problemática do salário, entre outros.

De maneira geral, pode-se observar que importante parcela dos trabalhos analisados apresentou maior aproximação com a abordagem essencialista de qualificação profissional. Destaca-se que, em sua maioria, a ênfase das análises recobriu e reteve em primeiro plano o conteúdo do trabalho e as relações entre capital e trabalho no contexto da reestruturação da produção, derivando em uma série de temas: proletarização do trabalho docente, precarização do trabalho, requalificação via modelo das competências, insuficiência de investimentos na formação, desqualificação dos trabalhadores, entre outros.

Se, de um lado e em sentido positivo, pode-se apontar que o conjunto desses estudos e pesquisas apresentou uma concepção crítica e problematizadora dos nexos entre educação, trabalho e sociedade, por outro e em sentido oposto, pode-se igualmente notar duas limitações que nos parecem importantes.

A primeira limitação diz respeito ao baixo número de estudos e pesquisas que se desenvolvem *sur le terrain*, visto que entre 15 trabalhos apresentados no GT apenas 3 compreendem pesquisas de campo. Ora, a história já nos deu provas suficientes para assegurarmos o devido lugar à experiência humana dos homens e das mulheres no trabalho.⁹ Então, o que explicaria um número tão baixo de pesquisas? Responder a tal indagação é difícil. Uma hipótese, já aventada por Ferretti (2004), é a do frágil domínio teórico-metodológico das questões afetas à qualificação.

A segunda limitação que consideramos importante diz respeito ao fato de que a literatura específica sobre a qualificação, seja em seu quadro conceitual ou mesmo em termos de autores clássicos em torno da matéria, aparece, da mesma forma, em pequeno número de trabalhos. Isso traz implicações de duas ordens: uma delas é a produção de estudos e pesquisas pouco substantivas ou mesmo, pelo desconhecimento do acúmulo científico, meramente reiterativos; outra é a dificuldade do trato com as teorias existentes na área, o que faz com que autores que sofreram substanciais críticas ainda em sua época, como é o caso de Braverman (1980), sigam sendo citados sem aspas e sem mais, como se suas proposições teóricas restassem incólumes.¹⁰

Finalizando o presente estudo, gostaríamos de registrar que, sendo a área da educação perpassada pelas questões afetas à relação entre formação, trabalho e saber, muito se teria a ganhar com a apropriação do debate mais amplo sobre a qualificação. Certas perspectivas nesse domínio, especialmente a matriz navilleana, poderiam aportar contribuições importantes às nossas formas de conceber e compreender o trabalho na contemporaneidade. Mas sabemos da dificuldade, e a perspectiva aberta por Pierre Naville não é hegemônica, nem mesmo em seu próprio país.

Como exclamava certa vez Claude Dubar (1997, p.171), foi preciso “perto de meio século para que a sociologia francesa do trabalho recuperasse as intuições de P. Naville, ligando estreitamente a qualificação à formação sem dissolver a especificidade da primeira na generalidade da segunda”.

⁹Sobre a relação entre conhecimento, experiência humana e trabalho, remetemos o leitor ao clássico *A miséria da teoria*, de E.P. Thompson (1981).

¹⁰A esse respeito ver Castro e Guimarães (1991).

REFERÊNCIAS

ALVES, Wanderson Ferreira. **O trabalho dos professores**: saberes, valores, atividade. Campinas: Papyrus, 2010.

ANDRADE, Flávio Anício. PROJOVEM urbano: atitude protagonista e empreendedora como qualificação básica para o trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2010. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BARBOSA, Carlos Soares; DELUIZ, Neise. Juventude, trabalho e educação profissional: o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego em discussão. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. **Anais...** 2008. Disponível em: <31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT09-3950-Int.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.17, p.44-52, out. 1991.

CUNHA, Daisy Moreira. Saberes, qualificações e competências: qualidades humanas na atividade de trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <28reuniao.anped.org.br/textos/gt09/gt091188int.rtf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. Qualificação profissional e terceirização da força de trabalho: estudo no setor petroquímico da Bahia. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: <27reuniao.anped.org.br/gt09/t0918.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. "Discutir educação é discutir trabalho docente": O trabalho docente segundo dirigentes da CTRA – Confederación de Trabajadores de la educación de la República Argentina. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2006. Disponível em: <29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-1685-Res.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos sobre a relação entre trabalho e educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.401-422, maio-ago. 2004.

FRIEDMANN, Georges. **Problèmes humains du machinisme industriel**. Paris: Gallimard, 1946.

_____. **O trabalho em migalhas: especialização e lazeres**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MARKERT, Werner. Trabalho qualificante e educação profissional – perspectivas para a formação na escola e na fábrica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <28reuniao.anped.org.br/textos/gt09/gt09368int.rtf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <28reuniao.anped.org.br/textos/gt09/gt09482int.rtf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

MONTEIRO, Maria Alcina Gomes de Sousa. Repensando a relação entre saúde, trabalho e educação e a formação do técnico de nível médio para saúde pública. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ANPED, 2012. Disponível em: <www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=2469>. Acesso em: 2 dez. 2013.

NAVILLE, Pierre. **Essai sur la qualification du travail**. Paris: Marcel Rivière, 1956.

_____. Nouvelles recherches sur la division du travail. **Cahiers d'étude de l'automatisme et des sociétés industrielles**, Paris, n.3, p.7-18, mars 1962.

_____. O trabalho assalariado e o seu valor. In: FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre (Org.). TRÉANTON, J. (Colaborador). **Tratado de sociologia do trabalho**. 2.v. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

OLIVEIRA, Ramon de. Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: ANPED, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. Educação e salários: o que diz o mercado de trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Georgia Sobreira dos. A qualificação profissional como instrumento de regulação social: do Planfor ao PNQ. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <27reuniao.anped.org.br/gt09/t099.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

STROOBANTS, Marcelle. **Sociologie du travail: Domaines et approches**. 2^{ed}. Paris: Armand Colin, 2007.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **O que há de novo no debate da "qualificação do trabalho"?**: Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville. 2002. 219f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.353-382, maio-ago. 2004.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRADENTES, Aparecida. "Tem que fazer! Se não fizer, não trabalha mais aqui !: Trabalho docente e formação humana no quadro de internacionalização, fusões, aquisições e reestruturação do "mercado" da Educação Superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT09-6013--Int.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Política de qualificação profissional e difusão do neoliberalismo no meio operário. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-1740--Int.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

VATIN, François. **Machinisme, marxisme, humanisme**: Georges Friedmann avant et après-guerre. **Sociologie du travail**, v.46, p.205-223, 2004.

ZANDONANE, Viviane; LIMA, Marcelo. Competências: o retorno do trabalho ao trabalhador? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2013. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

ZORZAL, Marcos. Neoliberalismo e o princípio da competência para o trabalho e a educação nos discursos de Fernando Henrique Cardoso: da ideologia à pedagogia do imponderável. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <28reuniao.anped.org.br/textos/gt09/gt091098int.rtf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

Data da submissão: 19/02/2015

Data da aprovação: 03/04/2015

